



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**09/01/2014**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CNJ.....	1
1.2. JUÍZES.....	2 - 3
1.3. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	4 - 5
2. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	6
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. CNJ.....	7
3.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	8 - 10
3.3. PRESIDÊNCIA.....	11
4. JORNAL EXTRA	
4.1. AÇÕES TJMA.....	12
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	13
5.2. PRESIDÊNCIA.....	14
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. AÇÕES TJMA.....	15
6.2. CNJ.....	16
6.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	17 - 21
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	22 - 24
7.2. CNJ.....	25
7.3. DECISÕES.....	26 - 28
7.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	29 - 31
7.5. PRESIDÊNCIA.....	32

# PEC amplia composição e reduz atribuições do Supremo Tribunal Federal

A Câmara dos Deputados analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 275/13, da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que transforma o Supremo Tribunal Federal (STF) em uma Corte Constitucional com ampliação do número de ministros (de 11 para 15) e redução da competência (o STF será responsável por julgar apenas causas relativas à interpretação e aplicação da Constituição Federal).

Para a deputada, o STF sofre de graves defeitos em sua composição e competência. Atualmente, composto por 11 ministros, as nomeações são feitas pelo presidente da República e aprovadas pelo Senado Federal. A parlamentar reclama que a escolha, feita apenas pelo presidente, acaba tornando-o objeto de pressões em razão da multiplicidade de candidaturas informais.

Já em relação à competência, Luiza Erundina alega que a função principal atribuída ao STF (“guardar a Cons-

tituição”) foi esquecida pelo acúmulo de processos sem relevância constitucional.

Para ela, a transformação do Supremo Tribunal Federal em uma “autêntica” Corte Constitucional, “corrigiria esses graves defeitos no funcionamento”.

## Composição

Segundo a proposta, a nova Corte será composta de 15 ministros (os atuais ministros permanecem no cargo), nomeados pelo presidente do Congresso Nacional, após aprovação dos nomes pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A seleção será feita a partir de listas tríplices de candidatos provenientes da magistratura, do Ministério Público e da advocacia. Elas seriam elaboradas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

## Diretor do Fórum de São Luís vai priorizar qualificação e humanização



O juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Osmar Gomes dos Santos (foto), assumiu o cargo de Diretor do Fórum de São Luís estabelecendo como prioridade o aperfeiçoamento dos servidores e a humanização do espaço físico do prédio. PÁGINA 3

## Diretor do Fórum de São Luís vai priorizar qualificação e humanização

O juiz da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, Osmar Gomes dos Santos, assumiu o cargo de Diretor do Fórum de São Luís estabelecendo como prioridade o aperfeiçoamento dos servidores e a humanização do espaço físico do prédio.

“Estamos criando o planejamento estratégico do Fórum, seguindo a linha de atuação da Corregedoria Geral da Justiça e visando à capacitação e treinamento intensivo dos servidores. Isso vai dinamizar a nossa rotina de trabalho, porque com funcionários bem treinados se consegue uma dinâmica funcional adequada às nossas necessidades”, assegurou o magistrado.

Quanto à humanização do espaço físico, o juiz destacou que pretende criar um ambiente de leveza, abrindo espaços para exposições e apresentações de artistas locais e instalar a Galeria de Diretores. O juiz afirmou, também, que já está em fase de licitação a instalação de um restaurante e uma lanchonete, para atendimento de magistrados e servidores, assim como a instalação de mais dois elevadores panorâmicos.

### TRAJETÓRIA

Osmar Gomes dos Santos é formado pela Universidade Federal do Maranhão, pós-graduado em Direito Civil e Processual Civil, Direito Constitucional, Direito Eleitoral e Direito Penal e Processual Penal.

Concluiu o doutorado na Universidade Del Museo Social Argentino. É membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas e da Academia Ludovicense de Letras. Foi professor da Faculdade de Bacabal e do Uniceuma. É autor da obra Manual Prático do Candidato a Cargo Eletivo e está em fase final de elabo-

ração das obras Quesitação no Tribunal do Júri, Captação Ilícita de Sufrágios e Sonhos de um Cajariense.

É juiz desde 1997, tendo iniciado suas atividades judicantes pela comarca de Barreirinhas, passando ainda por Coelho Neto e Bacabal. Foi promovido para a capital em 2010, e antes de ser titularizado na 1ª Vara do Tribunal do Júri, atuou como auxiliar em varas cíveis, criminais, de entorpecentes e juizados especiais. É ainda membro do Tribunal Regional Eleitoral, como juiz substituto, na categoria de Juiz de Direito.



# Servidor público pede indenização por ter caído em esgoto

PÁGINA 5

# Servidor público pede indenização por ter caído em esgoto

Um servidor público estadual ingressou no Juizado Especial da Fazenda Pública do Fórum de São Luís com ação de indenização por danos morais e materiais contra o Executivo municipal. Ele alega ter sido vítima de lesão nos braços, pernas e joelhos, além de sofrer constrangimento, ao cair em uma vala aberta pela Prefeitura de São Luís para limpeza de galeria de esgoto, no bairro Coroadinho.

O autor da ação afirma que no dia 6 de outubro de 2013, por volta das 7h, seguia para sua residência pela Avenida Amália Saldanha carregando algumas compras quando inesperadamente caiu em uma galeria de esgoto.

Segundo ele, a vala fora aberta pela Secretaria Municipal de Obras Públicas de São Luís (Semosp) para realização de limpeza da galeria. Conta o autor da ação que a obra estaria abandonada há mais de um ano, mesmo sem ter sido concluída.

Conforme laudo do Instituto Médico legal (IML), o acidente provocou equimose avermelhada no braço em

decorrência da pancada e escoriações pelo corpo, motivo pelo qual o autor ficou impedido de trabalhar por mais de um mês. A queda na galeria, segundo a vítima, causou-lhe prejuízos profissional e financeiro e **constrangimento público.**

## Juizado

Inaugurado em outubro de 2013, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), o Juizado Especial da Fazenda Pública de São Luís só recebe ações por meio do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Na unidade são autuadas ações cíveis contra o Estado e o Município, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas, no valor de até 60 salários mínimos.

Além de o juizado ser totalmente eletrônico, é dispensável a presença de um advogado para ingressar com a ação. O cidadão também pode se dirigir pessoalmente àquela unidade e ingressar, no balcão do juizado, com seu processo via sistema eletrônico. O juizado tem como titular o juiz Ailton Castro Aires

# Administração Superior visita a presidente do TJ

O defensor geral do estado, Aldy Mello Filho; a subdefensora, Mariana Albano de Almeida; e a corregedora geral da DPE/MA, Fabíola Almeida Barros, realizaram uma visita institucional, ontem à nova presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleonice Freire.

Na oportunidade, os gestores da DPE reiteraram a importância da atuação em parceria entre todos os órgãos que integram o sistema de justiça estadual, dentre os quais a Defensoria Pública e o Poder Judiciário. "A entrega da prestação jurisdicional em tempo razoável, tal como garante a Constituição Federal, depende de um trabalho integrado entre as diversas estruturas que compõem o sistema de justiça. O trabalho da Defensoria é fundamental na medida em que proporciona ao cidadão o ingresso de sua demanda no Poder Judiciário. Uma atuação harmônica e cooperativa entre magistrados e defensores torna-se indispensável para a realização da justiça em tempo hábil", assegurou o defensor geral Aldy Mello Filho.

A presidente do TJ/MA, Cleonice Freire, destacou a importância da presença da Defensoria em todas as comarcas como mecanismo de garantia de acesso universal e igualitário de

todos à justiça. "Sem a Defensoria, o trabalho do Judiciário fica prejudicado, e isso tem uma repercussão negativa para todos, expressa nos indicadores sociais e no aumento da criminalidade", comentou.

A subdefensora geral, Mariana Albano de Almeida, falou do crescimento da DPE/MA nos últimos três anos, em virtude da elevação do número de defensores e comarcas atendidas. "Eram 47, até 2010. Foram agregados 73 novos profissionais, no último triênio, de modo que o Maranhão conta, hoje, com 120 defensores. A cobertura passou de um universo de 6 para 25 comarcas, saltando de 11 para 55 municípios beneficiados pela Defensoria".

Já a corregedora geral, Fabíola Almeida Barros, ressaltou que, hoje, todas as varas criminais de São Luís contam com defensores públicos e há um núcleo próprio de atuação na execução penal, que tem feito o acompanhamento dos processos na 1ª e 2ª Vara de Execução Penal da capital. "No interior, todos os núcleos regionais atuam no âmbito criminal e na execução penal. Nossa preocupação é com as comarcas que não tem Defensoria. Nelas, a população fica desassistida".

## ONU e Anistia Internacional se pronunciam sobre violência no MA

### Entidades solicitam providências para melhorar o sistema prisional do estado

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Alto Comissariado – instância máxima da entidade no combate à violação dos direitos humanos pelo mundo – e da Anistia Internacional - movimento global com mais de 3 milhões de apoiadores, membros e ativistas, que atuam para proteger os direitos humanos -, emitiram ontem pronunciamentos oficiais sobre a situação do sistema prisional do Maranhão.

A ONU solicitou às autoridades brasileiras uma “investigação imediata, imparcial e efetiva” em relação às recentes cenas de violência e decapitação no presídio de Pedrinhas, no Maranhão e disse “lamentar mais uma vez” a preocupação com o que classifica de “terrível estado” das prisões brasileiras. Já de acordo com a Anistia, “é inaceitável que uma situação como esta se prolongue por tanto tempo sem nenhuma atitude efetiva das autoridades responsáveis”.

Segundo a ONU, as condições físicas das prisões brasileiras como um todo estimulam a violência. “Lamentamos ter que, mais uma vez, expressar preocupação com o terrível estado das prisões no Brasil e apelar às autoridades a tomar medidas imediatas para restaurar a ordem na prisão de Pedrinhas e em outras prisões pelo país, bem como para reduzir a superlotação e oferecer condições dignas para pessoas privadas de liberdade”, diz a entidade.

**Relatório** - A ONU também fez referência ao recente relatório divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que explicitou os problemas carcerários no estado. A entidade se define como “incomodada, por saber das conclusões do recente relatório do Conselho Nacional de

Justiça, revelando que 59 detentos foram mortos em 2013 no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, assim como as últimas imagens de violência explícita entre os presos libertados”.

Além de cobrar providências, a Anistia Internacional citou ainda na nota medida cautelar decretada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), a garantia da execução de medidas urgentes para sanar as questões que afligem os presídios do estado, como superlotação, e responsabilizar aqueles que provocam as mortes nas unidades.

**Vídeos** - O jornal Folha de São Paulo trouxe, na edição de terça-feira (7), imagens fortes de presos decapitados no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, cujo vídeo foi gravado pelos detentos de facções criminosas rivais no dia 17 de dezembro de 2013 e as imagens encaminhadas com exclusividade ao matutino pela direção do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Maranhão (Sindspen).

O vídeo, que nunca havia sido revelado nas redes sociais, mostra durante 2 minutos e 32 segundos a barbárie de presos rivais debochando dos corpos decapitados na área interna do Centro de Detenção Provisória (CDP) do Complexo de Pedrinhas, situado na zona rural de São Luís.

A Secretaria de Estado de Comunicação Social disse que as imagens, supostamente registradas na prisão e que estão sendo divulgadas, poderão ser alvo de inquérito para investigar sua veracidade.



Um dos ônibus que foram queimados por facções criminosas na noite da última sexta-feira, na capital maranhense

### Mais

**A governadora** do Maranhão, Roseana Sarney, por meio de nota divulgada no início da noite de segunda-feira (6), lamentou os episódios ocorridos na sexta-feira (3) e no sábado (4) - quando foram registrados ataques criminosos a dois distritos policiais e a cinco ônibus incendiados de forma proposital - em São Luís, que resultaram na morte da jovem Ana Clara, de 6 anos de idade, vítima de queimaduras, e que estava em um dos coletivos.

Roseana reafirmou o compromisso de punir, com base na lei, os responsáveis pelos atos, destacou o trabalho da polícia que em menos de 36 horas capturou os homens envolvidos nos ataques e ressaltou os investimentos feitos pelo Estado no sistema carcerário.

Roseana Sarney também garantiu que não medirá esforços para combater a criminalidade e destacou a tarefa de “manter a paz e a normalidade”. Por fim, a governadora do Maranhão afirmou que será prioridade a punição aos que contribuam com o tráfico de drogas e finalizou: “Não seremos subjugados e nem nos deixaremos amedrontar por criminosos”.

## Estado Maior

**Poderes se unem  
contra a crise na  
penitenciária** Política 3

# Mesmo idioma

**D**epois de tantos ditos e contraditos, insinuações e reações ocorridos na fumaça dos incêndios criminosos dos coletivos que resultaram na morte da menina Ana Clara, os Poderes do Estado voltaram a falar o idioma que todos compreendem: o entendimento. Executivo, Legislativo e Judiciário estão fazendo cada um a sua parte, de modo que o resultado que se pode esperar é um conjunto de soluções para melhorar a situação no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O Poder Executivo, sobre o qual pesam todas as responsabilidades, fez o que devia ser feito. Sob orientação expressa da governadora Roseana Sarney (PMDB), a polícia foi às ruas e prendeu todos os envolvidos nos incêndios, identificou os mandantes e os enquadrados como deveriam ser enquadrados, aumentou a ação policial no complexo e mostrou que, ao contrário do que vem sendo acusado, não há uma situação incontrollável nos presídios do estado. E também mostrou que a superlotação dos presídios é fruto de um conjunto de problemas, que envolve os Executivos estadual e federal e o Judiciário - 1.700 dos 2.500 presos aguardam julgamento.

O Judiciário assume a sua parte, reconhecendo a lentidão da tramitação dos processos e as dificuldades que o envolvem por conta de vários fatores, entre eles a deficiência no número de juizes e de defensores. Uma das providências tomadas pelo Judiciário foi anunciada ontem pela corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney: a formação de uma comissão de magistrados para agilizar os processos. E a presidente do Poder, desembargadora Cleonice Freire, já o colocou à disposição para qualquer ação conjunta.

E o Poder Legislativo também se manifestou de forma positiva. Ontem, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo (PMDB), declarou apoio total e irrestrito a todas as medidas adotadas pelo Poder Executivo para resolver a crise em Pedrinhas. E dois representantes da Comissão de Segurança foram a Pedrinhas e constataram que a situação lá é de normalidade.

Que continuem assim.

## Arnaldo Melo apoia medidas contra violência

Política 3

# Arnaldo Melo reafirma apoio às ações do Governo na área de Segurança

Presidente da Assembleia Legislativa elogiou resposta "rápida e eficaz" do Sistema de Segurança do Estado; ele também condenou a politização do tema

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Arnaldo Melo (PMDB), declarou ontem, por meio de nota à imprensa, que o Poder Legislativo está vigilante quanto à crise no sistema carcerário maranhense - bem como quanto a seus reflexos na segurança pública -, e solidário à população que sofreu com ataques a ônibus na semana passada. Arnaldo também assegurou que apoia as medidas já adotadas pelo Governo do Estado para combater o crime organizado no Maranhão.

Para o peemdebista, a resposta aos atos criminosos de sexta-feira (3), e sábado (4) foi "rápida e eficaz" e ajudou a tranquilizar a sociedade. "A resposta que a sociedade ansiava veio de forma rápida e eficaz, com a prisão dos criminosos. Este é o verdadeiro papel da nossa polícia", afirmou.

Melo disse, ainda de acordo com o comunicado formal, entender que o aumento da crimi-



Arnaldo Melo assegurou que o Legislativo está à disposição para ajudar o Governo no combate ao crime

nalidade é um fenômeno nacional, "que assola todas as capitais brasileiras", e acrescentou que a Assembleia Legislativa está disposta a colaborar com o Executivo e as demais instituições envolvidas na discussão do tema para solucionar a crise.

"O Poder Legislativo está diligente e se solidariza com a população do Maranhão neste momento de instabilidade social. Sabemos que o crescimento da criminalidade é um fator social que assola todas as capitais brasileiras e não apenas São Luís, mas estamos juntos somando esforços com o objetivo de buscarmos uma solução imediata para o problema", completou.

Ele lembrou que o Maranhão atravessa uma situação delicada de instabilidade provocada por facções criminosas organizadas que já atuaram de forma semelhante, espalhando onda de violência em estados como o Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal e esses episódios foram vencidos. "Da mesma forma, com ações enérgicas e o somatório de esforços de todos os segmentos, nós também venceremos", disse.

O presidente da Assembleia destacou a maneira firme, responsável e equilibrada que a governadora Roseana Sarney vem conduzindo a situação, sempre com o objetivo de manter a ordem, garantir a tranquilidade e a segurança da população. Ele reafirmou que todas as ações implementadas pelo Executivo para restabelecer a paz social contam com o apoio do Poder Legislativo.

**Orçamento** - Arnaldo Melo ressaltou que a questão da segurança pública foi preocupação cons-

## Parlamentares elogiam respostas do Governo

No início da semana, os líderes do Governo, deputado César Pires (DEM), e do Bloco Parlamentar Pelo Maranhão (BPM), deputado Roberto Costa (PMDB), já haviam manifestado apoio às medidas do Governo do Estado após os ataques da semana passada.

Pires reconheceu que a situação é delicada, mas destacou que a pronta resposta do Sistema de Segurança deu mais tranquilidade à população. Ele destacou as prisões logo após os atos criminosos.

"Essa eficácia do trabalho das polícias deu ao cidadão mais tranquilidade. As pessoas estavam aterrorizadas assim que se iniciaram os ataques, mas a prisão dos acusados e a informação

tante da Assembleia durante todo o período legislativo de 2013. Segundo ele, a Mesa Diretora garantiu todo o suporte necessário que estava ao seu alcance para a realização de todas as reuniões solicitadas pelas Comissões de Segurança e de Direitos Humanos, bem como dezenas de audiências públicas, sempre com a participação de segmentos governamentais e não governamentais que tratam do problema.

Outro ponto destacado por Arnaldo foi o empenho da quase totalidade dos parlamentares estaduais na aprovação do orçamento do Estado para o ano de 2014, garantindo R\$ 30 milhões a mais que em 2013 para investi-

de que isso é uma reação à pacificação do Complexo de Pedrinhas deixaram todos mais calmos", destacou.

Roberto Costa (PMDB) frisou que o esforço de toda a equipe da governadora Roseana Sarney (PMDB) "foi fundamental" para solucionar o caso e devolver à cidade o clima de tranquilidade que imperava até o fim da semana passada.

"O que temos visto é que o Governo está empenhado em resolver não apenas o problema dos ataques, com a prisão dos suspeitos, mas também o problema carcerário, com a construção dos presídios e a união de forças, com o Ministério Público e o Judiciário, para uma solução conjunta", pontuou.

mentos na área de segurança pública. Tal recurso, segundo ele, permitirá à governadora Roseana Sarney construir novos presídios e nomear novos policiais para reforçar o policiamento em todo o estado.

"Quero dizer aos maranhenses que fiquem tranquilos, pois este não é um desafio ou uma responsabilidade isolada do Poder Executivo, mas sim de todos os Poderes constituídos. Todos nós estamos engajados nesta mesma luta para restabelecer a paz social em nosso estado. E vamos conseguir", garantiu.

Para Arnaldo Melo, também é merecedora de elogios a forma diligente e eficaz com que a Polícia

“

Este não é um desafio isolado do Poder Executivo, mas de todos os Poderes constituídos”

Arnaldo Melo, presidente da Assembleia Legislativa

Militar e a Secretaria de Segurança Pública atuaram, prendendo todos os bandidos que participaram dos últimos ataques criminosos que resultaram em cinco pessoas queimadas dentro de ônibus, uma delas a menina de 6 anos que veio a óbito.

Arnaldo também externou o seu reconhecimento à atuação do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Governo Federal, que no decorrer de 2013 não mediram esforços para buscar uma solução eficaz para a questão da segurança e do sistema prisional, inclusive com a participação de seus representantes em várias reuniões que foram realizadas pela Assembleia Legislativa.

Por fim, condenou toda e qualquer tentativa de politizar de forma partidária a situação de fragilidade em que se encontra a sociedade. "Esse tipo de atitude é um desrespeito a todos os maranhenses e merece ser repudiada".

## Administração do DPE/MA visita a presidente do TJ

Gestores da Defensoria Pública do Estado foram recebidos ontem pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire

O defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho; a subdefensora, Mariana Albano de Almeida, e a corregedora-geral da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), Fabíola Almeida Barros, realizaram ontem uma visita institucional à nova presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleonice Freire.

Na oportunidade, os gestores da DPE reiteraram a importância da atuação em parceria entre todos os órgãos que integram o sistema de justiça estadual, dentre os quais a Defensoria Pública e o Poder Judiciário. "A entrega da prestação jurisdicional em tempo razoável, tal como garante a Constituição Federal, depende de um trabalho integrado entre as diversas estruturas que compõem o sistema de justiça. O trabalho da Defensoria é fundamental à medida que proporciona ao cidadão o ingresso de sua demanda no Poder Judiciário. Uma atuação harmônica e cooperativa entre magistrados e defensores torna-se indispensável para a realização da justiça em tempo hábil", assegurou o defensor geral Aldy Mello Filho.

A presidente do TJ/MA, Cleonice Freire, destacou a importân-

cia da presença da Defensoria em todas as comarcas como mecanismo de garantia de acesso universal e igualitário de todos à justiça. "Sem a Defensoria, o trabalho do Judiciário fica prejudicado, e isso tem uma repercussão negativa para todos, expressa nos indicadores sociais e no aumento da criminalidade", comentou.

**Crescimento** - A subdefensora-geral, Mariana Albano de Almeida, falou do crescimento da DPE/MA nos últimos três anos, em virtude da elevação do número de defensores e comarcas atendidas. "Eram 47, até 2010. Foram agregados 73 novos profissionais, no último triênio, de modo que o Maranhão conta, hoje, com 120 defensores. A cobertura passou de um universo de 6 para 25 comarcas, saltando de 11 para 55 municípios beneficiados pela Defensoria".

Já a corregedora-geral, Fabíola Almeida Barros, ressaltou que hoje todas as varas criminais de São Luís contam com defensores públicos e há um núcleo próprio de atuação na execução penal, que tem feito o acompanhamento dos processos na 1ª e 2ª Vara de Execução Penal da capital.



A presidente Cleonice Freire conversa com o defensor Aldy Mello Filho

## Prazos processuais estão suspensos até 20 de janeiro

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantém suspensos os prazos processuais até o dia 20 de janeiro, conforme a Resolução nº 32/2013), aprovada pelo Pleno, em atendimento a pedido da seccional maranhense da OAB, para que os advogados possam gozar férias das atividades profissionais.

Até esta data estão suspensas também as publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados de processos físicos e virtuais, em primeira e segunda instâncias.

Apesar dos prazos, sessões e audiências permanecerem suspensos até o dia 20 de janeiro, o expediente no

TJMA para todos os magistrados e servidores acontece no período normal (das 8h às 18h), mantendo a regularidade do atendimento ao público.

A partir do dia 21, terão início as sessões de julgamento e audiências no Tribunal, câmaras cíveis e criminais (isoladas e reunidas), varas e juizados das comarcas do Estado.

Também até o dia 20 de janeiro, todas as unidades jurisdicionais do Maranhão deverão realizar correições gerais ordinárias.

A medida visa organizar as unidades, desde o início do ano e, desta forma, garantir melhor prestação jurisdicional à sociedade.

## IMPASSE

# Uchôa diz que transferência de presos ainda está em estudo

Em reunião realizada na manhã desta terça-feira (7), na Corregedoria Geral da Justiça, representantes da Secretaria de Administração Penitenciária (Sejap), Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Poder Judiciário discutiram estratégias a serem adotadas para solucionar a crise no Sistema Carcerário do Maranhão.

Durante o encontro ficou definido que haverá o remanejamento de detentos para outras unidades prisionais regionalizadas, assim como a possibilidade de transferência para presídios federais.

Em relação à transferência, o secretário de Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, disse que a medida ainda está em estudo. "Estamos fazendo uma análise criteriosa em parceria com a secretaria de segurança para analisar a questão. Estamos verificando critérios técnicos e jurídicos para definir o que será feito", esclareceu Uchôa.

Segundo o secretário, já há previsão de construção, pelo governo do Estado, de sete unidades prisionais e mais uma com recursos federais, o que possibilitará a criação de mais de duas mil vagas. Essa ação diminuirá a superlotação e oferecerá espaços mais adequa-

dos para o cumprimento das penas.

Sebastião Uchoa avaliou como produtiva a reunião e reforçou que, considerando o momento delicado pelo qual o sistema está passando, a proposta de discutir soluções de maneira conjunta é extremamente pertinente.

Essa é a visão compartilhada também pelo secretário de Segurança, Aluísio Mendes, que destacou a disposição das instituições presentes na reunião em resolver o problema do sistema prisional. "Vamos caminhar unidos para resolver essa questão de maneira definitiva. Continuamos com a atuação efetiva da polícia nas ruas e agora sabemos que temos o apoio de outros órgãos", reforçou Aluísio.

Outras medidas serão adotadas no âmbito do Poder Judiciário, que vai priorizar a análise de processos criminais durante o período da correição ordinária, que segue até 20 de janeiro. Também foi criada uma comissão de juízes para auxiliar no exame de processos de réus presos, que atuará com foco inicial na Região Metropolitana.

Participaram da reunião a corregedora-geral da Justiça, juízes auxiliares da Corregedoria, juízes das varas de execução



Secretário da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa

penal e representantes da Sejap, SSP e Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça. **Fonte: Imirante**

## CARÊNCIA

# Falta de defensores públicos preocupa presidente do TJMA

A necessidade de mais defensores públicos para atuar na defesa das partes em processos na Justiça estadual foi reafirmada nesta quarta-feira (8) pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, aos membros da administração superior da Defensoria Pública do Estado (DPE).

Em visita ao TJMA, o chefe da DPE, acompanhado da Subdefensora-geral, Mariana Almeida e da corregedora-geral, Fabíola Barros, solicitou o apoio do Poder Judiciário no sentido de garantir, junto o poder Executivo estadual, a criação de mais vagas no quadro de pessoal da Defensoria e destinação integral da verba orçamentária anual de 1,5% da receita corrente líquida do orçamento do Estado para a instituição, conforme a LDO.

A presidente do TJMA disse que o trabalho dos defensores é fundamental para impulsionar o andamento processual e observou que a carência desses profissionais concorre para o agravamento dos problemas verificados no sistema penitenciário da capital.

A desembargadora manifestou ao defensor-chefe o interesse do Tribunal de Justiça em apoiar o fortalecimento da Defensoria Pública. "A promoção do acesso do cidadão à Justiça



**Cleonice Freire apontou a necessidade de mais defensores públicos no Estado**

e a celeridade processual são metas prioritárias de gestão e a presença do defensor público é fundamental para solucionar a demanda judicial", justificou a magistrada.

"Nós temos uma quantidade de defensores três vezes menor em relação ao número de juízes e promotores. No último concurso realizado em 2011, foram aprovados 52 candidatos, mas é preciso que o Executivo crie os cargos e disponibilize o orçamentário necessário para

que eles sejam nomeados", disse Aldy Mello.

**DADOS** - Segundo informações da DPE, 120 defensores públicos atuam em 55 municípios do Estado do Maranhão, onde 72% da população não pode arcar com os custos da contratação de advogados para a defesa dos seus interesses. Conforme levantamento feito pelo Ministério da Justiça, seriam necessários ao menos 200 defensores para atender à demanda judicial existente.

Por conta da deficiência do quadro de defensores, em quase 80% das comarcas o Poder Judiciário não conta com os serviços da Defensoria Pública na solução das demandas judiciais, o que provoca o retardamento na tramitação dos processos.

A reunião foi acompanhada pelo desembargador José Bernardo, que participou da discussão sobre a necessidade de criação de ampliação da estrutura da DPE em direção ao interior do Estado.

TJMA

## Plantão judiciário recebe 545 processos no recesso

O plantão judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu 545 processos durante o recesso de Natal e ano-novo, ocorrido no período de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014. Todos os processos distribuídos no plantão foram analisados e despachados.

Os que tratavam de matéria de urgência, como habeas corpus e mandados de segurança, foram decididos de imediato pelas desembargadoras plantonistas Cleonice Freire (presidente do TJMA), Anikles Cruz (vice-presidente) e Nelma Sarney (corregedora geral da Justiça).

Os demais processos, que não se referiam a casos de urgência, foram remetidos à distribuição para apreciação pelos desembargadores relatores e deverão ter

prosseguimento a partir do dia 20 de janeiro, quando se encerra o recesso forense anual, que suspendeu, em 20 de dezembro de 2013, os prazos processuais, sessões e audiências na Justiça estadual de 1º e 2º grau.

### Sobre o plantão

O plantão judiciário, no âmbito da Justiça de 2º grau, atende, fora do expediente forense, às demandas em caráter de urgência, nas esferas cível e criminal. Nos dias úteis, funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados – inclusive os de ponto facultativo – entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

## ACESSO À INFORMAÇÃO

# Atentado contra a transparência

ANA D'ANGELO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou, no fim do ano passado, um grupo de trabalho para propor mudanças na regulamentação da Lei de Acesso à Informação pelos tribunais. Na lista das pendências, está a forma de divulgação dos salários dos servidores. É que, atualmente, o Judiciário adota um modelo — reproduzido pelo Ministério Público Federal — que descumpra a Lei nº 12.527, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012.

O parágrafo 3º do artigo 8º determina expressamente que os portais deverão “possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações”. O modelo atual, porém, informa apenas a remuneração bruta e líquida, por blocos de servidores, em milhares de páginas, o que torna a junção inviável num só arquivo.

Só do MPF, são 11.668 páginas dos servidores ativos para copiar e colar para eventual

transformação em formato de tabela, que permite a classificação dos dados, por exemplo, dos maiores salários para os menores, por cargos, função comissionada etc. O contribuinte que paga os salários de toda essa legião de funcionários públicos fica sem saber o que compõe a remuneração de cada um, quantos estão em cada faixa salarial, conforme o cargo e o nível de ingresso no concurso público. Se quiser obter detalhes, é preciso clicar em cada nome e ver um por um, o que inviabiliza qualquer análise global do perfil da folha de pagamento desses órgãos.

O espantoso é que a norma anterior do CNJ, antes da vigência da Lei de Acesso à Informação, era mais avançada, pois obrigava os tribunais a divulgar, nos portais, a folha de pagamento completa de cada mês, num só arquivo, discriminando as verbas, como cargo, remuneração básica, função comissionada, vantagens individuais e outras verbas eventuais, total bruto e total líquido.

## ➤ Mais um aumento

O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e Tribunal de Contas da União (Sindilegis) entrou, no último dia 19, com ação na Justiça Federal para obrigar a direção do Senado a implementar imediatamente a concessão integral da Gratificação de Desempenho, prevista na Lei nº 12.300/2010, que tratou do novo plano de cargos e salários dos servidores da Casa. A lei prevê gratificação entre 40% e 100% sobre o maior vencimento básico de cada carreira, sendo mínimo de 60% até sua regulamentação, o que vem acontecendo desde janeiro de 2011. A expectativa, nos corredores do Senado, é de que todos passem a receber os 100%.

Esse tabelão, mesmo sem os nomes de cada servidor, é o

mais importante para conhecer quanto o Estado paga aos funcionários. A Procuradoria-Geral da República, na gestão de Antonio Gurgel, negou, no ano passado, o pedido do Correio para disponibilizar essa listagem completa num só arquivo em PDF ou Excel.

O conselheiro do CNJ Gilberto Martins, que preside o grupo de trabalho, afirmou que é necessário também uniformizar o padrão de divulgação, ou seja, como os dados devem estar disponibilizados. “Atualmente, cada tribunal divulga de um jeito. Em alguns deles, não é possível visualizar os dados de forma simples e de fácil acesso, como manda a lei”, criticou. Segundo ele, alguns sites criam dificuldade de acesso, com várias janelas, como se fosse um jogo de labirinto. “O contribuinte tem que navegar nas receitas, despesas e demais informações com facilidade”, afirmou Martins. O grupo deve apresentar os resultados até o fim de fevereiro.

## Comissões parlamentares visitam Pedrinhas

**URBANO 2**



### VISITA AO PRESÍDIO

Comissões da Assembleia Legislativa foram ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas visitar as celas e constatar medidas de segurança.

**URBANO 2**

**PEDRINHAS**

# Comissões aprovam presídio

Após inspeção na manhã de ontem, a Comissão de Segurança da AL e a Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Minorias ficaram satisfeitas com as

**O** presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, deputado Roberto Costa (PMDB), e o deputado Léo Cunha (PSC) fizeram uma vistoria no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na tarde de ontem. Acompanhados do secretário-adjunto de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap), Kécio Rabelo, corregedor-geral da Sejap José Ribamar Nascimento, comandante de Policiamento Especializado (CPE), coronelIVALDO BARBOSA, defensor público estadual LUIS OTÁVIO MORAES FILHO e o coordenador de assistência jurídica da Sejap, Fernando Correa, os parlamentares percorreram os pavilhões da Penitenciária de Pedrinhas, Cadete e os Presídios São Luís I e II.

Durante a visita, o presidente da Comissão, deputado Roberto Costa constatou o clima de normalidade e tranquilidade dentro das unidades prisionais. Vistoriou a reforma da Cadete, que deverá ser concluída nos próximos dias com a entrega de 450 novas vagas, além das ações de reaparelhamento de todas as unidades do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

"Acreditamos muito no sistema de segurança do Maranhão. A Polícia Militar tem dado respostas imediatas dentro do presí-

dio e, principalmente, resolvidos com muita rapidez casos emergenciais fora dele, inclusive, nos atentados violentos ocorridos nos últimos dias, onde todos os responsáveis foram identificados e capturados. Agora, a Justiça também precisa cooperar com todo o Sistema para que seja resolvido o problema de forma definitiva", destacou Roberto Costa.

Após a inspeção, os parlamentares aprovaram as medidas que estão sendo adotadas pelo Governo do Estado para o reestabelecimento da ordem nas unidades prisionais. "Estamos aqui preocupados não só como deputado, mas enquanto cidadão que somos, e hoje temos a certeza que a normalidade dentro dos presídios está estabelecida", avalizou o deputado Léo Cunha (PSC).

"Somos daqui muito satisfeitos com o que presenciamos. Os presos estão em celas. Existe um controle maior no acesso ao presídio com o intuito de coibir a entrada de armas e drogas. A Polícia Militar está agindo de forma presente em relação a isso. Também há o respeito em relação à condição do detento, quanto a qualidade da alimentação e da higiene pessoal, que já estão sendo atendidas. As medidas emergenciais tomadas pelo governo do estado surtiram o efeito necessário para o controle da situação. A obra da Cadete já está 85% concluída, com isso haverá um alívio na superlotação das unidades", frisou o deputado Roberto Costa.

O CoronelIVALDO BARBOSA informou que o cenário em Pedrinhas está tendo das normalidades e até o presente momento não houve registro de irregularidades. Apenas,

na última terça-feira, durante uma revista encontraram armas brancas, celulares e munições. Todos esses objetos foram recolhidos e encaminhados para a Sejap. Ainda ontem, foram transferidos 45 detentos de Pedrinhas para outras unidades da capital para evitar a superlotação. "A polícia está fazendo um bom trabalho e estamos conseguindo impor a ordem dentro do presídio. Iremos ficar por tempo indeterminado", frisou.

Já o Ministério da Justiça afirmou que a Força Nacional vai permanecer nos presídios da capital até o mês de fevereiro. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União, datada nesta quarta-feira, 8. Os policiais do governo federal tem o apoio dos órgãos do Estado, inclusive, da Sejap e da Secretaria de Segurança Pública, para restabelecer a rotina nos presídios.

A crise nos presídios começou em outubro do ano passado, quando houve uma rebelião no Complexo de Pedrinhas. Nove homens foram mortos e 20 saíram feridos. Nesta época, a governadora Roseana Sarney decretou estado de emergência e ainda solicitou ao governo federal o envio da Força Nacional para o Maranhão.

## Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal vai pedir explicações para o Estado sobre as condições dos presídios no Maranhão. A presidente da comissão, a senadora Ana Rita (PT-ES), concedeu uma entrevista ontem à Rádio Senado e anunciou que um dos primeiros trabalhos dos parlamentares quando voltar em fevereiro será sobre a real situação

dos presos de Pedrinhas. "Nós vamos solicitar informações ao governo do Maranhão para que possamos tomar as devidas providências, principalmente junto ao Ministério da Justiça. A situação no Maranhão é muito grave, mas é preciso que tenhamos informações um pouco mais detalhadas", disse.

Ainda comentou sobre os ataques aos coletivos da capital que foram incendiados e frisou sobre a briga de facções dos presos que provocou a morte de mais de 60 detentos.

## Investimentos

Dentre as ações estruturais está previsto o investimento de mais de 130 milhões de reais na construção de 10 unidades prisionais no Estado, sendo uma de segurança máxima na capital. Dentro das unidades foi acrescida segurança armada terceirizada, aumento do efetivo da VTI e recentemente a Polícia Militar passou a assumir as chefias de disciplina dentro do Complexo.

## Lista ainda indefinida

Desde a última segunda-feira, a cúpula do Sistema de Segurança Pública ficou de informar à imprensa os nomes dos internos que serão transferidos para os presídios federais ainda esta semana, mas, até o fechamento da edição, a lista não havia sido elaborada. O governo do estado aceitou a oferta do Ministério da Justiça de transferir 24 presos do Complexo de Penitenciário



**Presidente da Comissão de Segurança, deputado Roberto Costa (PMDB), visitou todas as instalações do Complexo Penitenciário de Pedrinhas**



**Comissão de Segurança avalia como tranquila e segura a situação do presídio e se diz satisfeita**

de Pedrinhas para as casas de detenções de outros estados. Inclusive, aqueles que foram os responsáveis pela ação criminosa ocorrida na noite da última sexta-feira.

O secretário de Segurança, Aluísio Mendes, falou que essa estratégia é uma forma de isolar os líderes das facções criminosas que atuam dentro das penitenciárias. Muitos deles, mesmo preso, estão provocando inúmeras atrocidades na cidade e nas casas de detenção.

Para a transferência desses presos, o Departamento Penitenciário Nacional conta com o apoio da Polícia Federal. Nos presídios federais, eles serão submetidos ao regime de segurança máxima, com direito a apenas uma hora de banho de sol por dia e mantidos em celas isoladas.

Uma série de reuniões está ocorrendo entre os representantes de segurança e do Poder Judiciário para acertar a transferência desses internos. O secretário da

Sejap, Sebastião Uchoa, chegou a afirmar que precisa haver cautela para que isso seja feito de fato.

De acordo com ele, a transferência ainda está em estudo, pois, é necessário fazer primeiramente uma análise criteriosa em conjunto com a secretaria de segurança, ou seja, verificar critérios técnicos e jurídicos.

Também afirmou durante uma reunião que contou com a presença dos representantes da Corregedoria do Tribunal de Justiça, que ocorreu na última terça-feira, que há previsão de construção de sete unidades prisionais pelo estado como ainda mais uma com recursos federais. Isso vai possibilitar a criação de mais dois mil vagas e vai diminuir a superlotação ofertando espaços mais adequados aos internos. "A decisão do governo foi tomada, mas, devemos analisar de forma técnica essa transferência" frisou Uchoa.



**A polícia está fazendo um bom trabalho e estamos conseguindo impor a ordem dentro do presídio. Iremos ficar por tempo indeterminado**

**Ivaldo Barbosa, coronel da PM**

## ASSEMBLEIA

# Arnaldo reafirma apoio do Legislativo

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo (PMDB), reafirmou, ontem, seu total e irrestrito apoio a todas as ações que estão sendo adotadas pelo governo do estado para o imediato restabelecimento da segurança no Maranhão, bem como à reestruturação do sistema prisional.

"O Poder Legislativo está diligente e se solidariza com a população do Maranhão neste momento de instabilidade social. Sabemos que o crescimento da criminalidade é um fator social que assola todas as capitais brasileiras e não apenas São Luís, mas estamos juntos somando esforços com o objetivo de buscarmos uma solução imediata para o problema", declarou Arnaldo.

Ele lembrou que o Maranhão atravessa uma situação delicada de instabilidade provocada por facções criminosas organizadas que já atuaram de forma semelhante, espalhando onda de vio-

lência em estados como o Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal e esses episódios foram vencidos. "Da mesma forma, com ações enérgicas e o somatório de esforços de todos os segmentos, nós também venceremos".

O presidente da Assembleia destacou a maneira firme, responsável e equilibrada que a governadora Roseana Sarney vem conduzindo a situação, sempre com o objetivo de manter a ordem, garantir a tranquilidade e a segurança da população. Ele reafirmou que todas as ações implementadas pelo Executivo para restabelecer a paz social contam com o apoio do Poder Legislativo.

### Suporte

Arnaldo Melo ressaltou que a questão da segurança pública foi preocupação constante da Assembleia durante todo o período legislativo de 2013. Segundo

ele, a Mesa Diretora garantiu todo o suporte necessário que estava ao seu alcance para a realização de todas as reuniões solicitadas pelas Comissões de Segurança e de Direitos Humanos, bem como dezenas de audiências públicas, sempre com a participação de segmentos governamentais e não governamentais que tratam do problema.

Outro ponto destacado por Arnaldo foi o empenho da quase totalidade dos parlamentares estaduais na aprovação do orçamento do Estado para o ano de 2014, garantindo R\$ 30 milhões a mais que em 2013 para investimentos na área de segurança pública. Tal recurso, segundo ele, permitirá à governadora Roseana Sarney construir novos presídios e nomear novos policiais para reforçar o policiamento em todo o estado.

"Quero dizer aos maranhenses que fiquem tranquilos, pois este não é um desafio ou uma res-

pensabilidade isolada do Poder Executivo, mas sim de todos os Poderes constituídos. Todos nós estamos engajados nesta mesma luta para restabelecer a paz social em nosso estado. E vamos conseguir", garantiu.

Para Arnaldo Melo, também é merecedora de elogios a forma diligente e eficaz com que a Polícia Militar e a Secretaria de Segurança Pública atuaram, prendendo todos os bandidos que participaram dos últimos ataques criminosos que resultaram em cinco pessoas queimadas dentro de ônibus, uma delas a menina de seis anos que veio a óbito. "A resposta que a sociedade ansiava veio de forma rápida e eficaz, com a prisão dos criminosos. Este é o verdadeiro papel da nossa polícia".

Arnaldo também externou o seu reconhecimento à atuação do Poder Judiciário, do MP e do governo federal que no decorrer de 2013 não mediram esforços para buscar uma solução.

## BASTIDORES

Raimundo Borges

RaimundoBorges@oimparcial.com.br



# O caos é de todos

*Os caos no sistema penitenciário do Maranhão reproduz, com incrível nitidez, a ineficiência do Estado Brasileiro na prestação de seus serviços à sociedade. A responsabilidade pelo que está acontecendo em Pedrinhas e em todo o sistema carcerário do país tem que ser dividida entre governo federal, Congresso Nacional, estados, Poder Judiciário e municípios. Todos conhecem o caos, suas raízes, como avança na contramão da inoperância estatal, seu modus operandi, porque cresce tanto e desafia o aparelho de segurança. Mas faltam respostas à altura.*

*O combate à bandidagem é difícil porque as ações são desordenadas, não tem comando unificado, nem nos estados, nem entre poderes, nem no governo federal. Os bandidos, por incrível que pareça, conseguem operar exatamente no vácuo do fracasso estatal: montam organizações interestaduais, atuam nas periferias onde a ausência do poder público é gritante, investem nos jovens desempregados, desiludidos e de famílias desestruturadas.*

*As organizações criminosas agem dentro das prisões, onde impera o descabro, a corrupção, as facilidades da lei, o sistema carcerário carcomido, com pessoal despreparado, leniência da Justiça, presos amontoados e ninguém respeitando ninguém. Quando o caldeirão explode aqui e acolá, as autoridades ficam se acusando, distribuindo nota oficial, tirando o corpo fora e nenhuma providência concreta, de todos unidos no mesmo objetivo: ir pra guerra para vencer.*

*Infelizmente, as coisas não acontecem. É uma lástima, quando todos se acusam, ninguém se responsabiliza e a bandida-*

*gem planeja novas atrocidades dentro e fora dos presídios. Só construir presídios não é solução. Pois lá dentro o ambiente é mais propício do que fora. Os bandidos estão próximos para se matarem e fazerem a "seleção". Os mais violentos passam a comandar e desafiar o poder estatal e suas ineficiências.*

## Assim não dá (1)

*A população do Maranhão assiste, estupefata, ao lenga-lenga entre autoridades. Todas pagas pelo contribuinte para dar solução nos problemas, mas resposta definitiva para esse caos na segurança e nas prisões, nenhuma. O que se vê é ninguém assumir e até irresponsáveis tentando tirar proveito político. Essa matança de gente vem de quantos anos?*

## Assim não dá (2)

*Em Pedrinhas, ao longo dos anos, acontecia de tudo o que não presta. Preso endinheirado, 'amigado' com presa, colocava salão de beleza para ela trabalhar e ganhar. Bandidos cobram "pedágio" de até R\$ 20 mil de quem chega, para não morrer e a família ficar livre. Cavam-se túneis com incrível facilidade, diante das facilidades do sistema carcomido.*

## Assim não dá (3)

*Juizes, delegados, promotores, comandantes da PM, secretários do sistema, políticos, todos sabem como a bandidagem chegou ao controle das prisões. Mas só agora a polícia foi lá, assumiu o controle e desmontou o esquema de Pedrinhas. No entanto, já aparecem vozes contestando a presença da PM lá dentro. Quer dizer: é deixar mais sangue derramar?*

## Chapadinha terá Centro de Conciliação do TJ-MA

O Poder Judiciário do Maranhão vai instalar um Centro de Conciliação na cidade de Chapadinha. Será o primeiro naquele município e o décimo terceiro em funcionamento no estado. Ainda este ano, serão instalados mais cinco centros, sendo três na capital e dois no interior.

O Centro de Conciliação de Chapadinha vai funcionar na Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), por meio de parceria entre o Tribunal de Justiça e a instituição de ensino. Os termos foram acertados em reunião entre o coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, e a diretora de ensino da FAP, Nony Braga.

“Nossa missão institucional prevê trabalharmos unindo teoria e prática. Somos uma instituição privada, mas de responsabilidade social. Por isso buscamos essa parceria com o Tribunal de Justiça, por entendermos que os cursos de formação devem trabalhar essa nova mentalidade, de atendimento ao cidadão”, disse Nony Braga.

A FAP funciona há 10 anos e oferece os cursos de Administração, Pedagogia e Letras, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC). A diretora da faculdade explicou que será protocolado junto ao ministério pedido de criação dos cursos de Direito e tecnólogo em Radiologia, Educação Física e Sistema de Informações, além de licenciatura interdisciplinar em Física, Química e Matemática.

O juiz Alexandre Abreu disse que, conforme a parceria, caberá

à FAP selecionar conciliadores, entre estudantes da faculdade e pessoas da comunidade, além de disponibilizar a infraestrutura para funcionamento do Centro de Conciliação. O TJ-MA ficará responsável pelo curso de formação dos conciliadores, disponibilização do sistema de agendamento de audiências e homologação judicial dos acordos que vierem a ser firmados no centro.

O coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos lembrou que os centros são voltados para o cidadão que busca o Judiciário para solucionar litígios. Mas, segundo o magistrado, há também empresas que demandam na Justiça, por isso o TJ-MA está mantendo parcerias com entidades como Associação Comercial e Industrial e Federação das Indústrias, para instalação de centros que atendam também essa demanda.

Na capital, São Luís, a população conta com centros de conciliação no Fórum Des. Sarney Costa, Uniceuma I e II, Centro (Rua do Egito) e FACAM. E este ano serão instalados também no campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Federação das Indústrias (Fiema) e UNDB (Renascença).

No interior do estado, há centros em Imperatriz (2), Caxias (2), Bacabal (2) e Balsas (1). A previsão é instalar este ano mais um centro em Timon e outro em Imperatriz, por meio de parceria com a Associação Comercial e Industrial do município.

• O Poder Judiciário do Maranhão vai instalar um Centro de Conciliação na cidade de Chapadinha. Será o primeiro naquele município e o décimo terceiro em funcionamento no Estado. Ainda este ano, serão instalados mais cinco centros, sendo três na capital e dois no interior.

## Conciliação

O agendamento de acordo antecipado na Justiça maranhense também pode ser feito em Caxias sem que o cidadão precise sair de casa, através do Telejudiciário 0800-707-1581... Pela internet, o cidadão, empresa ou instituição também pode ter acesso ao sistema Attende...

## Centros

...Além dos centros de conciliação instalados na capital - Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), Rua do Egito, na Facam (Bequimão) e no Uniceuma (Renasença e Cohama) - outras sete unidades estão em funcionamento em Imperatriz, Balsas, Bacabal e Caxias.

## Censo do CNJ

O Censo dos Magistrados, promovido e aplicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos juízes, desembargadores, conselheiros e ministros brasileiros em atividade registrou a participação de 63,78%. Segundo o balanço final da pesquisa, dos 16.907 magistrados em atividade, 10.783 responderam a consulta eletrônica, realizada pelo órgão. O resultado do Censo deve ser divulgado entre maio e junho deste ano e deve nortear tribunais e o CNJ na elaboração de políticas públicas que melhorem a prestação dos serviços judiciais aos brasileiros.

**MPMA pede  
sequestro de bens  
de ex-prefeito de  
Chapadinha**

PÁGINA 6 [C1]

# MPMA pede sequestro de bens de ex-prefeito de Chapadinha

As ilegalidades nas contas públicas do Município de Chapadinha, referentes ao exercício financeiro de 2008, motivaram o Ministério Público do Maranhão a ajuizar, em 27 de dezembro do ano passado, Ação Civil Pública (ACP) por atos de improbidade administrativa contra o ex-prefeito Magno Augusto Bacelar Nunes. Ele administrou a cidade em dois períodos: 2001 a 2004 e de 2005 a 2008.

O titular da 1ª Promotoria de Justiça de Chapadinha, Douglas Assunção Nojosa, pede à Justiça que determine, liminarmente, a indisponibilidade dos bens do acusado no valor de R\$ 2 milhões. O montante é referente às licitações nulas e pagamentos indevidos.

Também foi solicitada a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Magno Bacelar com o objetivo de averiguar as movimentações financeiras e garantir a reparação total dos valores subtraídos do patrimônio público.

**Irregularidades** – Ao terminar o mandato de prefeito, em 2008, Magno Bacelar, que atualmente exerce mandato de deputado estadual, deixou um rastro de irregularidades. As contas de Chapadinha foram reprovadas pelo Tribunal de Contas do Es-



EX-PREFEITO E ATUAL deputado Magno Bacelar: bens indisponíveis

tado (TCE), que detectou a falta de prestações de contas de nove convênios; informações divergentes sobre restos a pagar; obrigações financeiras deixadas no fim da gestão sem disponibilidade de caixa para cobertura da dívida; não apresentação da relação dos imóveis incorporados ao patrimônio municipal, apesar da realização de construções; aplicação de despesa total para o pagamento de servidores com valores superiores à receita corrente líquida.

O TCE também detectou que não foram apresentados os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação relativos aos recursos do Fundo Municipal de Saúde; despesas realizadas sem a celebração de contrato de prestação de serviços; não foram apresentados os processos licitatórios referentes às reformas nos hospitais Hapa, Hospital São Francisco, Centro de Saúde Benu Mendes, Hospital das Clínicas e Unidade Básica de Saúde da Família; além do pagamento parcial dos

sistemas simplificados de abastecimento de água nos povoados Alagadiço Grande e Rodeio, sem a implantação efetiva do sistema.

“As condutas administrativas detectadas pelo TCE são graves e ostentam o dolo e má-fé do gestor público demandado, provocando lesão ao erário municipal e violação das regras atinentes à administração pública”, destacou, na ação, o promotor de Justiça Douglas Nojosa.

**Pedidos** – Na ACP, o Ministério Público pede ao Poder Judiciário que reconheça a ilegalidade das licitações, contratos e pagamentos autorizados pelo ex-prefeito, em 2008, e o condene a ressarcir os danos causados ao patrimônio público municipal, no valor de R\$ 2 milhões, a ser recalculado por meio de perícia contábil, com correção monetária e juros.

Caso seja condenado, Magno Bacelar será obrigado a repor integralmente o dano causado e pagar multa civil, além de ter os direitos políticos suspensos pelo prazo de cinco a oito anos e não poderá contratar com o poder público ou receber benefícios fiscais ou creditícios, mesmo que seja por intermédio de pessoa jurídica, pelo prazo de cinco anos. (Ascom / MP)

## Recurso negado

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou, ontem, em Brasília, mais um recurso interposto pelo prefeito cassado de Alto Alegre do Pindaré, Altenir Ribeiro Nunes, para tentar voltar ao Cargo. Resta, agora, o Tribunal de Justiça do Maranhão julgar o mérito da Liminar indeferida pela Desembargadora Nelma Sarney, em dezembro, para acabar com a celeuma.

Alto Alegre tem Edésio como prefeito, hoje.

## Presidente reafirma apoio do Legislativo às ações do governo na segurança

O presidente da Assembleia Legislativa, Arnaldo Melo, reafirmou, ontem, seu total e irrestrito apoio a todas as ações que estão sendo adotadas pelo governo do Estado para o imediato restabelecimento da segurança no Maranhão, bem como à reestruturação do sistema prisional. “O Poder Legislativo está diligente e se solidariza com a população do Maranhão neste momento de instabilidade social. Sabemos que o crescimento da criminalidade é um fator social que assola todas as capitais brasileiras e não apenas São Luís, mas estamos juntos somando esforços com o objetivo de buscarmos uma solução imediata para o problema”, declarou Arnaldo.

Ele lembrou que o Maranhão atravessa uma situação delicada de instabilidade provocada por facções criminosas organizadas que já atuaram de forma semelhante, espalhando onda de violência em estados como o Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal e esses episódios foram vencidos. “Da mesma forma, com ações enérgicas e o somatório de esforços de todos os segmentos, nós também venceremos”.

Melo ressaltou que a questão da segurança pública foi preocupação constante da Assembleia durante todo o período legislativo de 2013. Segundo ele, a Mesa Diretora garantiu todo o suporte necessário que estava ao seu alcance para a realização de todas as reuniões solicitadas pelas Comissões de Segurança e de Direitos Humanos, bem como dezenas de audiências públicas, sempre com a participação de segmentos governamentais e não governamentais que tratam

do problema.

Outro ponto destacado por Arnaldo foi o empenho da quase totalidade dos parlamentares estaduais na aprovação do orçamento do Estado para o ano de 2014, garantindo R\$ 30 milhões a mais que em 2013 para investimentos na área de segurança pública. Tal recurso, segundo ele, permitirá à governadora Roseana Sarney construir novos presídios e nomear novos policiais para reforçar o policiamento em todo o estado.

Para Arnaldo Melo, também é merecedora de elogios a forma diligente e eficaz com que a Polícia Militar e a Secretaria de Segurança Pública atuaram, prendendo todos os bandidos que participaram dos últimos ataques criminosos que resultaram em cinco pessoas queimadas dentro de ônibus, uma delas a menina de 6 anos que morreu. “A resposta que a sociedade ansiava veio de forma rápida e eficaz, com a prisão dos criminosos. Este é o verdadeiro papel da nossa polícia”.

Arnaldo também externou o seu reconhecimento à atuação do Poder Judiciário, do Ministério Público e do governo federal que no decorrer de 2013 não mediram esforços para buscar uma solução eficaz para a questão da segurança e do sistema prisional, inclusive com a participação de seus representantes em várias reuniões que foram realizadas pela Assembleia Legislativa.

Por fim, condenou toda e qualquer tentativa de politizar de forma partidária a situação de fragilidade em que se encontra a sociedade. “Esse tipo de atitude é um desrespeito a todos os maranhenses e merece ser repudiada”.

C. FERREIRA



DEPUTADOS DA COMISSÃO de Segurança da Assembleia Legislativa fazem visita ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas

## Deputados visitam Pedrinhas e garantem que a ordem está sendo restabelecida

Os deputados estaduais Roberto Costa (PMDB) e Léo Cunha (PSC), integrantes da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, visitaram, ontem, à tarde, o Complexo Penitenciário

de Pedrinhas, percorrendo cinco unidades prisionais. Segundo eles, "a ordem está sendo restabelecida", uma vez que a presença da Polícia Militar, sobretudo pelo Batalhão de Choque, propiciou a

retirada de certas regalias dos detentos, por meio de vistorias mais demoradas e eficazes e a intimidação de possíveis ações de facções criminosas.

PÁGINA 3 [C1]

# Deputados visitam Pedrinhas e garantem que a ordem está sendo restabelecida

**POR NELSON MELO**

Os deputados estaduais Roberto Costa (PMDB) e Léo Cunha (PSC), integrantes da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, visitaram, ontem, à tarde, o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, percorrendo cinco unidades prisionais. Segundo eles, "a ordem está sendo restabelecida", uma vez que a presença da Polícia Militar, sobretudo pelo Batalhão de Choque, propiciou a retirada de certas regalias dos detentos, por meio de vistorias mais demoradas e eficazes e a intimidação de possíveis ações de facções

criminosas. Acompanhados de perto pelos policiais do BPCHoque, os parlamentares conversaram com alguns internos, que reclamaram sobre a morosidade do Poder Judiciário no que se refere às suas situações judiciais.

Os deputados iniciaram a visita na Penitenciária de Pedrinhas, percorrendo a unidade por cerca de quarenta minutos. Em seguida, caminharam em direção à Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), onde, no mesmo procedimento, observaram o andamento das obras da antiga Casa de Detenção (Cadet). Naquele presídio, o presidente da Comissão de Segurança, Roberto

Costa, confessou que ficou bastante admirado pela rapidez com a qual o local – que foi palco de um motim no dia 9 de outubro do ano passado, com um saldo de 9 mortos e 20 feridos – está sendo reformado. Posteriormente, os enviados da Assembleia Legislativa analisaram fatores como superlotação, condições carcerárias, situação judicial e a operação da PM nas unidades prisionais do complexo.

Na saída das últimas unidades visitadas, os deputados disseram que as "ações emergenciais" – após as ondas de ataques a ônibus e delegacias, orquestradas por líderes de facções criminosas que

cumprem pena nos presídios de Pedrinhas – surtiram efeito, tendo em vista que a ordem está sendo restabelecida "dentro da legalidade". Eles ainda salientaram que os próximos passos serão apoios a medidas da Justiça e da polícia dentro e fora do Complexo de Pedrinhas.

O coronelIVALDO, do Comando de Policiamento Especializado (CPE), que acompanhou os parlamentares, comentou que a PM irá combater, de maneira acirrada, o crime organizado nos cárceres da capital maranhense, investindo em inspeções das celas, vistoriando visitantes e observando possíveis "negociações" de detentos.

G.FERRIRA



**DEPUTADOS DA COMISSÃO de Segurança da Assembleia Legislativa visitam o Complexo Penitenciário de Pedrinhas**

# Administração Superior da DPE/MA visita a presidente do Tribunal de Justiça

DIVULGAÇÃO

O defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho; a subdefensora, Mariana Albano de Almeida; e a corregedora-geral da DPE/MA, Fabíola Almeida Barros, realizaram uma visita institucional, ontem (8), à nova presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleonice Freire.

Na oportunidade, os gestores da DPE reiteraram a importância da atuação em parceria entre todos os órgãos que integram o sistema de Justiça estadual, dentre os quais a Defensoria Pública e o Poder Judiciário. "A entrega da prestação jurisdicional em tempo razoável, tal como garante a Constituição Federal, depende de um trabalho integrado entre as diversas estruturas que compõem o sistema de Justiça.

O trabalho da Defensoria é fundamental na medida em que proporciona ao cidadão o ingresso de sua demanda no Poder Judiciário. Uma atuação harmônica e cooperativa entre magistrados e defensores torna-se indispensável para a realização da Justiça em tempo hábil", assegurou o defensor geral Aldy Mello Filho.

A presidente do TJ-MA, Cleonice Freire, destacou a importância da presença da Defensoria em todas as comarcas como mecanismo de garantia de acesso universal e igualitário de todos à justiça. "Sem a Defensoria, o trabalho do Judiciário fica prejudicado, e isso tem uma repercussão negativa para todos, expressa nos indicadores so-



ALDY MELLO Filho e as defensoras Mariana Almeida e Fabíola Barros reunidos com Cleonice Freire

ciais e no aumento da criminalidade", comentou.

A subdefensora geral, Mariana Albano de Almeida, falou do crescimento da DPE/MA nos últimos três anos, em virtude da elevação do número de defensores e comarcas atendidas. "Eram 47, até 2010. Foram agregados 73 novos profissionais, no último triênio, de modo que o Ma-

ranhão conta, hoje, com 120 defensores. A cobertura passou de um universo de 6 para 25 comarcas, saltando de 11 para 55 municípios beneficiados pela Defensoria".

Já a corregedora-geral, Fabíola Almeida Barros, ressaltou que, hoje, todas as varas criminais de São Luís contam com defensores públicos e há um

núcleo próprio de atuação na execução penal, que tem feito o acompanhamento dos processos na 1ª e 2ª Vara de Execução Penal da capital. "No interior, todos os núcleos regionais atuam no âmbito criminal e na execução penal. Nossa preocupação é com as comarcas que não tem Defensoria. Nelas, a população fica desassistida".